



ARTIGOS TRADUZIDOS

SOMOS PROFISSIONAIS? BASES PARA UMA SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES APLICADAS À TRADUÇÃO³¹³²

De Esther Monzó-Nebot, Universidade Jaume I

Tradução de Talita Serpa

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de São José do Rio Preto (IBILCE/UNESP), Brasil

talita.serpa@unesp.br

DOI: <https://doi.org/10.26512/caleidoscopio.v5i1.32814>

Recebido em: 28/07/2020

Aceito em: 03/05/2021

Publicado em novembro de 2021

RESUMO: Na cena da Tradução, é completamente natural referir-se à atividade realizada por tradutores e intérpretes como *profissão*. Com frequência, o uso desse termo está associado, na bibliografia de nosso campo, à necessidade de prestigiar a tarefa, de influenciar a sociedade de alguma forma, com o intuito de obter melhorias na qualidade de vida de quem trabalha como tradutor e como intérprete. No entanto, é interessante que nos perguntemos se estamos realmente conscientes do que significa ser profissional. Sabemos que as profissões iniciam suas fundamentações quando aqueles que estão envolvidos nelas começam a ocupar todo o seu tempo de trabalho com aquela atividade. Essa dedicação exclusiva conduz à possibilidade de atender demandas mais exigentes, bem como à utilização de técnicas especializadas, e, com isso, à necessidade de treinamento específico. Embora seja verdade que a Sociologia das Profissões entreabra as portas para nos mostrar como é e como se consegue o tão esperado reconhecimento social, somos nós, como coletivo, que devemos decidir abri-las e cruzá-las, assim como várias outras profissões já o fizeram e como, de fato, estão fazendo outras ocupações do atual contexto. Este trabalho descreve as amplas características do que a Sociologia das Profissões é, assim como do que permite e esboça algumas de suas diversas aplicações, as quais podem trazer resultados frutíferos para o campo da Tradução e da Interpretação.

Palavras-chave: Tradução e Interpretação. Sociologia das Profissões. Profissionalismo. Treinamento.

³¹ Esta investigação faz parte dos trabalhos do grupo de pesquisa GITRAD, cuja ação ACTIVE está atualmente sendo realizada com o projeto denominado *Estudo descritivo da prática social de tradutores e intérpretes jurídicos: análise das relações sociais e de texto por meio de transgêneros* (P1 1A2004-20), da Fundación Bancaja.

³² O texto foi publicado em edição trilingue (inglês, espanhol e português) na obra *Sociology of Translation*, organizada por Arturo Parada e Oscar Díaz Fouces para a coleção Monografias da Universidade de Vigo. Humanidades e ciências xurídico-sociais, volume 71 no ano de 2006. O texto original foi escrito em espanhol. A tradutora gostaria de expressar seus agradecimentos à autora por permitir a tradução do capítulo.



Na cena da Tradução, é completamente natural referir-se à atividade realizada por tradutores e intérpretes como *profissão*. Com frequência, o uso desse termo está associado, na bibliografia de nosso campo, à necessidade de prestigiar a tarefa, de influenciar a sociedade de alguma forma, com o intuito de obter melhorias na qualidade de vida de quem trabalha como tradutor e como intérprete.

No entanto, é interessante que nos perguntemos se estamos realmente conscientes do que significa ser profissional? É legítimo exigirmos essas melhorias para o nosso setor? Existe algum fundamento que nos permita ocupar exclusivamente uma área de exercício em comparação com outros setores que também realizam essas atividades cotidianamente? Tradutores e intérpretes têm mais direito de reivindicar essas tarefas do que notários públicos que traduzem textos legais, romancistas que traduzem obras literárias, enfermeiros que interpretam pacientes ou prisioneiros que dão fé sobre a versão em espanhol³³ dos testemunhos de seus colegas de cela? Podemos exigir que nossos clientes reorganizem suas economias de tal forma que nos destinem uma remuneração fixa semelhante àquela oferecida a outros trabalhadores? Essas e outras questões não são discutidas pela sociedade quando se trata de algumas comunidades profissionais, ao contrário do que acontece com profissões clássicas ligadas ao campo do Direito e da Medicina, por exemplo. Sendo assim, pertencemos a essa elite? Somos profissionais?

As profissões iniciam suas fundamentações quando aqueles que estão envolvidos nelas começam a ocupar todo o seu tempo de trabalho com aquela atividade. Essa dedicação exclusiva conduz à possibilidade de atender demandas mais exigentes, bem como à utilização de técnicas especializadas, e, com isso, à necessidade de treinamento específico.

Em consequência, são criados Centros de Formação que, no momento de sua constituição ou mesmo posteriormente, buscarão o apoio das Universidades para que funcionem como instituições de saberes reconhecidos. Esse embasamento, então, reúne o aprimoramento das técnicas, o aumento do tempo de treinamento e a diminuição da idade de vinculação à atividade, além do surgimento de um grupo

³³ Pretendemos manter, em nossa tradução ao português, os traços culturais apresentados pelo texto original no que tange a seus exemplos sobre o contexto de Tradução na Espanha.



de formadores. Estes professores e seus alunos geralmente se unem para constituir um coletivo associado que promove as atividades relacionadas à profissão, as autocríticas, as mudanças necessárias e as distinções entre aqueles que são competentes e os que são incompetentes ou intrusos.

Tal reflexão leva a uma diferenciação entre as tarefas centrais da profissão e aquelas que poderiam ser desempenhadas por um grupo de *paraprofissionais* com uma especialização menor. Também neste ponto, ocorrem conflitos entre a geração mais jovem, com formação institucional, e seus colegas mais velhos, cujos saberes vêm do próprio exercício da atividade. Da mesma forma, o confronto com os intrusos endurece e, nessas lutas, o grupo profissional geralmente busca a proteção do Estado.

Ao final, as normas que distinguem os competentes dos incompetentes e dos intrusos, além de promoverem a proteção dos clientes, são transformadas em um código deontológico, em normas elaboradas pelo próprio grupo, as quais regulam, a sua maneira, diferentes aspectos da práxis especializada. Somente nesse momento é que a profissão se consolida como tal.

Esta descrição do nascimento de uma profissão trata-se de uma proposição desenvolvida a partir do estudo de Harold Wilensky, publicado nos Estados Unidos em 1964 (p. 142-146). É surpreendente que, mesmo originados em um contexto cultural distanciado temporal e espacialmente do nosso, os elementos apresentados permitem que os tradutores se sintam identificados até certo ponto, seja em termos de nossa realidade ou em termos de nossos desejos. Precisamente por esse motivo, em um estudo realizado em 2002, tentei verificar se os frutos desse ramo da Sociologia poderiam nos ser úteis (MONZÓ, 2002).

Embora seja verdade que a Sociologia das Profissões entreabra as portas para nos mostrar como é e como se consegue o tão esperado reconhecimento social, somos nós, como coletivo, que devemos decidir abri-las e cruzá-las, assim como várias outras profissões já o fizeram e como, de fato, estão fazendo outras ocupações do atual contexto.

Este trabalho descreve as amplas características do que a Sociologia das Profissões é, assim como do que permite e esboça algumas de suas diversas



aplicações, as quais podem trazer resultados frutíferos para o campo da Tradução e da Interpretação.

O que é uma profissão?

Discutir se a Tradução é ou não uma profissão não faz sentido se não concordarmos com o que consideramos como tal. O significado que geralmente conferimos a essa palavra não é exatamente o que a Sociologia lhe atribui, uma vez que o uso cotidiano abrange igualmente o que essa disciplina trata como *profissões* e o que considera como *ofícios*, ou seja, o que entendemos por *profissão* seria o que, na Sociologia, é chamado de *ocupação*.

Assim, sempre que alguém realiza uma atividade de maneira habitual e remunerada, de modo que possa viver exclusivamente disso, será, para nós, um profissional. O fato de sua atividade ser consertar sapatos ou salvar vidas não constitui nenhuma dissociação no que consiste à aplicação deste termo. Portanto, se queremos que uma de nossas panelas seja consertada ou se procuramos descobrir a razão pela qual temos cefaleia, buscamos por profissionais, porque queremos, em primeira instância, contratar um serviço e, também, assegurar-nos da qualidade procedente do trabalho de um especialista.

Por outro lado, se a questão está voltada a que tipo de atividade queremos que nossos entes queridos se dediquem quanto a sua escolha profissional, tendemos a procurar por uma maneira de diferenciar advogados e médicos de sapateiros e encanadores. Por quê? Embora isso seja uma simplificação, esta é basicamente a pergunta feita pelos representantes da chamada *Sociologia das Profissões* para estabelecer seu campo de estudo, analisar e descrever essas atividades de maior prestígio.

Do ponto de vista sociológico, *profissão* é um conceito de margens difusas cuja definição vem mudando com o aprofundamento da pesquisa. Contudo, o fato de o surgimento e a consolidação desse campo terem ocorrido nos contextos britânico e americano às vezes limita sua aplicabilidade nos demais espaços europeus. Para evitar tal inconveniente, poderíamos, portanto, promover a nossa própria definição social de *profissão* (a qual tentamos esboçar no parágrafo anterior), e nos perguntar o que permite aos profissionais viverem da dedicação a uma única atividade sem a



necessidade de outras tarefas paralelas. A resposta seria, obviamente, ter tarefas suficientes dessa atividade para que a remuneração recebida lhes permita conseguir o necessário para viver e para desfrutar de uma vida estável fora do trabalho.

Portanto, seria importante que o número de tarefas que possam ser executadas em uma jornada de trabalho socialmente aceita seja o bastante para obter a remuneração básica. Isso implica, portanto, certo monopólio sobre os encargos e um controle da aplicação comercial das técnicas ou conhecimentos que distinguem o setor.

Dessa forma, o trabalho seria concentrado em mãos profissionais e permitiria que um grupo se dedicasse exclusivamente a essas tarefas e pudesse se autodenominar *profissional da área*. A responsabilidade de alcançar esse estado de graça seria compartilhada por todos os profissionais dedicados à mesma atividade (sapateiro, advogado ou tradutor), que constituiriam, de certa forma, um dever coletivo. O valor de propriedade e o direito sobre a execução das tarefas também podem ser transmitidos ao resto da sociedade para garantir uma prática generalizada: a obediência às regras do jogo que permitem o êxito do grupo profissional.

Seguindo esse raciocínio básico, seria possível considerar uma ampla definição de *profissão*: comunidade que exercita e mantém exclusivamente a aplicação comercial de um conjunto organizado de conhecimentos em um determinado contexto social. Como veremos, essa definição ainda pode ter nuances e a maneira como entendemos seus termos pode nos levar a perspectivas muito diferentes.

A partir do desenvolvimento da definição proposta, surgem várias características necessárias e outros traços derivacionais podem ser adicionados, os quais, em muitos casos, constituem a definição em si. Em um inventário dessas características, Millerson (1964) identificou na bibliografia deste campo 23 traços idiossincráticos por meio dos quais diferentes autores se propuseram a identificar as profissões. Tais traços, selecionados para descrever o campo de estudo, partem de exemplos muito concretos (com maior referência a profissionais de prestígio no Direito e na Medicina e, como já mencionamos, em contextos anglófonos), o que dificulta a extrapolação dos estudos para outros grupos que poderiam ser inscritos



nessa categoria. Sendo assim, são excluídos de um número considerável de vantagens sociais. Afinal, uma categoria não é totalmente neutra em termos de seus interesses: uma profissão não responde a uma tipificação naturalista, mas sim social, e a atribuição de uma atividade de trabalho a esse ou a outro grupo de ocupações pode trazer vantagens adicionais para seus membros, entre essas a legitimação de suas aspirações sociais e as consequências que geram nos sistemas de ensino, gestão de negócios, políticas trabalhistas, mercados de trabalho e sistemas classificatórios de ocupações em escalas com diferentes percepções e atribuições salariais.

Ao considerarmos o que a definição mencionada implica, podemos observar alguns de seus benefícios. Para que um controle desse tipo ocorra e surta efeito, os membros do grupo devem saber como se organizar e garantir que a sociedade veja neles certos valores que lhes permitam obter dessa mesma sociedade o poder delegado para determinar quem pode exercer a profissão e sob quais condições, bem como quem, daqueles que obtiveram esse direito, deve abandoná-la mediante dadas circunstâncias.

Os valores que esses privilégios proporcionam foram tratados com certa frequência pelos estudos na área, sendo que aqueles que têm maior aceitação são a racionalidade, a eficiência e o cientificismo. Essa delegação de certas faculdades à profissão implica gozar de autorregulação, por meio da qual seus membros obtêm a liberdade de exercer a disciplina autonomamente na comunidade e não se submeter a agentes ou pressões externas, uma vez que, em última instância, é o próprio grupo que deve definir as regras do jogo.

Da mesma forma, a existência de uma organização que representa o coletivo e que possui independência em relação ao resto da sociedade permite a participação e a influência como grupo em outros campos e na sociedade em geral. A força de todos os agentes assim concentrada soma-se à força e à agilidade de uma entidade autossuficiente, composta por pessoas que assumem a responsabilidade de realizar ações para o coletivo e que se dedicam a essas atividades, aumentando a capacidade de obter benefícios sociais.

O capital cultural comportado pelo conhecimento que essas entidades administram, o qual constitui sua moeda de câmbio, é reforçado por um reconhecimento que fornece capital social à força das relações sociais e das



obrigações que se estabelecem entre os agentes. Por sua vez, esse capital social pode ser usado para obter benefícios do Estado, de outros setores profissionais ou dos próprios concidadãos, o que pode levar a um incremento desse capital social e do capital econômico que recebem pela prestação de seus serviços (regulamentos favoráveis, melhores condições para enfrentar a concorrência, maior visibilidade na sociedade ou, também, aumento nas tarifas, por exemplo).

Uma questão controversa de definir o profissionalismo de uma atividade é encontrada no *conhecimento* que controla e gerencia o grupo. A partir dos anos sessenta do século xx, um *tipo de conhecimento* começa a surgir como núcleo em torno do qual ferramentas progressivamente mais complexas são construídas e empregadas para satisfazer necessidades e demandas sociais. De fato, Freidson considerará em um dos textos mais significativos no campo sociológico que a teoria das profissões é realmente uma fracção de pesquisa relacionada ao papel do conhecimento na atividade humana (FREIDSON, 1986, p. ix). São os *meios de conhecimento* (FERNÁNDEZ ENGUITA, 2001), frente aos meios de produção ou de organização do trabalho que permitem o surgimento das profissões.

Para Weber (1978), por exemplo, o conhecimento qualificado (e certificado para que possa ser reconhecido) é semelhante ao patrimônio e também constitui uma *oportunidade de renda* (é a energia de *capital cultural* de Bourdieu) e Parkin (1971) atribui a grupos profissionais a necessidade de maximizar essa oportunidade para garantir os benefícios comparativos usufruídos pelos membros do coletivo na sociedade. Nesse sentido, Larson (1977, p. xvii) afirma que a profissionalização é uma tentativa de traduzir uma ordem de recursos escassos - conhecimento e habilidades - em outra ordem de recursos materializados em recompensas sociais e econômicas. No entanto, esse conhecimento deve responder a certas características determinadas para se estabelecer como pilar de um campo profissional.

Murphy (1988, p. 245), por sua vez, entende que profissão seria um conhecimento formal, utilitário, abstrato e racional que surge de um processo de racionalização derivado do desejo de conhecimento. Para outros autores, a abstração desse conhecimento seria a mais destacada garantia de sobrevivência de uma profissão, uma vez que fornece credibilidade perante a sociedade (ABBOT,



1988: 102), embora um excesso de abstração provoque desconfiança. Afinal, trata-se de um conhecimento que é entendido como suficientemente afastado dos saberes leigos, de tal modo que valha a pena pagar pela solução do problema antes de aprender a resolvê-lo por nós mesmos, mas, ao mesmo tempo, também suficientemente próximo para que possamos entender sua eficácia.

A conceitualização descrita nos parágrafos anteriores não pretende ser mais do que uma síntese introdutória. Responde a uma leitura pessoal das várias contribuições oferecidas pelo campo da Sociologia das Profissões e áreas adjacentes, nos quais vale a pena mencionar as teorias bourdieusianas do capital e da prática social. No entanto, no tópico seguinte, vou me limitar a tratar das contribuições da Sociologia das Profissões, deixando para me aprofundar posteriormente sobre os benefícios que um arcabouço teórico no qual essas e outras perspectivas sociológicas colaboram pode nos oferecer.

A história das profissões

As formas de observação das profissões têm variado ao longo do tempo. Como fenômeno social, essas comunidades surgem no século XIX, apesar de suas origens serem muito mais antigas. Com o abandono do Antigo Regime, a mobilidade social torna-se possível, fazendo com que algumas ocupações prosperem e sejam cada vez mais importantes, alcançando poder social e, assim, organizando-se e classificando-se de maneira alheia aos seus contextos. Na sociedade industrial, quando a maioria das ocupações é submetida a uma rotina sem poder de decisão, perde-se a perspectiva do produto como um conjunto e ocorre uma especialização nas etapas de produção do todo, de tal maneira que algumas atividades de trabalho são mantidas à margem: com autonomia e discricção sobre seu trabalho, controle de todas as dimensões do produto final, poderes cognitivos e não meramente manuais na administração e evolução de seus serviços, bem como com um relacionamento direto e emocional com os destinatários de seu trabalho. A partir dessa separação de ocupações, o termo *profissão* passou a ser usado no léxico anglo-saxão para caracterizar atividades com alta base intelectual ou técnico-científica (PERKIN, 1989).



No seio da Sociologia, os primeiros estudos sistemáticos sobre as profissões aparecem nos anos 30 do século XX. Carr-Saunders e Wilson (1933) iniciam esse campo a partir de uma concepção funcionalista da sociedade. Desde então, a Sociologia das Profissões configura-se como um ramo sintético no qual entram a Sociologia das Organizações, a Sociologia do Trabalho, a Psicologia do Trabalho, a Etnografia do Trabalho e a História Econômica.

As diferentes contribuições que ocorreram em pouco menos de um século podem ser concebidas em três eixos principais. Por um lado, as profissões são vistas como entidades estáticas, organismos já desenvolvidos com funções essenciais ou estruturas desprovidas de tais razões. Nesse sentido, o foco do estudo são os fatos, o que se considera realidade, o que é. Por outro lado, outras correntes de estudos entendem a sociedade como uma entidade dinâmica, um amálgama de opções pelas quais os indivíduos escolhem seguindo seus interesses e propósitos e cujas decisões sucessivas são aquelas que moldam um estado final. O objeto de estudo passa de *do que* ao *como*.

Finalmente, um terceiro grupo de estudos é o que fornece a visão sistêmica. A partir da sucessão de eventos que conduzem a um estado final, são observadas relações concebidas não como progressão, mas sim como instabilidade inerente à própria existência do sistema. Neste estudo, o contexto do potencial prevalece frente ao triunfo dos interesses o qual supõe o dado ou o que pode ser dado. Nessa perspectiva, os movimentos sociais são inevitáveis, contínuos e impõem constantes perturbações ao restante do sistema. A competição entra no cenário da análise e, com ela, os triunfos e fracassos dos interesses não são vistos como uma evolução ou progressão da sociedade, mas como estados diferentes derivados das posições relativas dos agentes.

Essas diferentes maneiras de perceber a sociedade, por sua vez, envolvem seus próprios objetos de estudo e metodologias. Se a sociedade é entendida como fato, o objeto de estudo serão entidades *estáticas* cuja possibilidade de análise limita-se à caracterização do status quo, à descrição das profissões como *estados* e a descoberta dos traços essenciais que lhes permitem funcionar, de certa maneira, alheios ao resto da sociedade e que os diferenciam de outros grupos de trabalho. Isolar e enumerar características seria, portanto, o fim de estudos funcionalistas e



estruturalistas. Em vez disso, os representantes de correntes com visões *dinâmicas* da sociedade estariam interessados em *ações* que tais estados causaram e, portanto, suas pesquisas os levariam a questionar processos e estados em mudança. A profissão seria vista aqui como o resultado de transformações sociais, derivadas de lutas entre classes, impulsionadas por propósitos de progressão individual e, às vezes, também de classe. Esse modo de entender a sociedade tem sido frequentemente associado a críticas à configuração social e, principalmente, ao exercício do *poder*.

Finalmente, a visão *sistêmica* observaria com tolerância a instabilidade com que as profissões coexistem na sociedade. As contribuições dessa linha são menos consistentes do que as anteriores, no sentido de que não formam um pensamento compacto que permita a realização de trabalhos que sustentam uma tese comum. Pelo contrário, muitos deles oferecem desenvolvimentos de ideias de correntes anteriores, apesar do fato de que sua visão geral ou os elementos que enfatizam produzem uma mudança e uma clara diferenciação em relação a outras contribuições. Assim, observamos em diferentes autores uma ideia compartilhada que os une e os leva a estudar relações intragrupo e intergrupos que permitem distinções nas profissões e vínculos com outros grupos da sociedade.

Tabela 1. Proposta sintetizadora das principais visões e conceitos no estudo sociológico das profissões

VISÃO DA SOCIEDADE	PRINCIPAIS CONCEITOS
Estática	Profissionalismo Traços descritivos Autonomia Solidariedade
Dinâmica e progressiva	Poder Monopólio Projeto de profissionalização Fechamento social
Dinâmica e sistemática	Sistema Competência Carreira Jurisdição



A tabela tenta mostrar uma proposta de divisão de contribuições das diferentes correntes sociológicas que se interessaram pela Sociologia das Profissões. As próprias correntes não são usadas como guia, uma vez que características comuns são observadas em alguns estudos que nos permitem uma visão menos atomizada dos diferentes conceitos e postulados. A seguir, tentaremos oferecer uma visão geral histórica em três movimentos que permitirão nos aprofundar em alguns conceitos-chave.

1. A visão estática da sociedade: características profissionalizantes

No grupo de estudos que trata a sociedade como um fato consumado, as teorias de Émile Durkheim e sua metáfora orgânica da sociedade têm grande peso. Para Durkheim, a divisão da sociedade em grupos vinculados por seus tipos de trabalho atua da mesma maneira que a divisão do corpo em órgãos. Cada um desses órgãos tem a função solidária de satisfazer algumas das necessidades do todo, seja ora o organismo ora a sociedade. Para entender a função de um órgão, o organismo como um todo deve ser previamente conhecido. Seguindo essa metáfora, o funcionalismo vê a origem das profissões como uma necessidade social. O profissional, de sua perspectiva, vê-se a partir da preocupação com os valores e com a ética da sociedade moderna, como um servidor vocacional que realiza em conjunto o trabalho que lhe corresponde; por outro viés, seu coletivo aparece como um depositário seguro da vontade ética dos indivíduos e atua como um nível institucional intermediário entre o indivíduo e o Estado, um *corps-intermediaire* com função própria: consolidar a função solidária do trabalho e preservar os valores éticos da comunidade e da sociedade (DURKHEIM, 1937/1992).

Os autores mais importantes do funcionalismo em relação à Sociologia das Profissões seriam Carr-Saunders e Wilson (1933), Marshall (1939/1965) e Parsons (1939/1954, 1968). Para essa corrente teórica, as profissões seriam meios de controle do conhecimento que cidadãos externos ao grupo não podem gerenciar adequadamente, e as estruturas nas quais os profissionais agrupam-se seriam garantias da administração adequada desse conhecimento especializado.



Nesses estudos, o interesse da pesquisa são as características que distinguem as profissões e, especialmente, as regras de ação que regem a convivência dos profissionais, os papéis do grupo e seus relacionamentos. No que se refere ao método investigativo, concentra-se na observação de interações nos ambientes de trabalho. Os traços assim descobertos nas profissões mais influentes socialmente - que são os escolhidos em estudos empíricos - são tratados como um conjunto de critérios prescritivos que fornecem a medida da profissionalidade de outras atividades. É assim que os grupos de trabalho são caracterizados como *profissões*, *semiprofissões* ou *não-profissões*, dependendo do número de recursos compartilhados com o *modelo* de profissionalidade clássica (HICKSON, THOMAS, 1969). Esse interesse pelos traços justifica-se em uma visão orgânica, mas não histórica da sociedade, que nesses estudos mostra-se como um conjunto limitado e determinado de necessidades que as profissões podem cobrir.

Considera-se que os traços descritivos das profissões identificados por esses autores são diferentes e atomizados em estudos de caso que não buscam reprodutibilidade, mas priorizam as idiosincrasias do grupo específico estudado, o interesse em garantias sociais estruturado em torno de ao conhecimento, os valores e as estruturas. Primeiro, as *garantias intelectuais* oferecem treinamento aprofundado aos agentes e permitem que a sociedade deixe uma atividade experta nas mãos daqueles que podem realizá-la com competência. Por outro lado, a confiança nos profissionais também se baseia na *garantia moral* enraizada na vocação de serviço daqueles que se dedicam à profissão, característica que muitas vezes é entendida como identificada com competências intelectuais. Finalmente, existem algumas *garantias estruturais* que surgem da comunidade de agentes, materializam-se em associações nacionais com amplos poderes de representação e garantem a independência dos indivíduos de influências fora do campo do conhecimento, como o mercado ou o Estado.

Tabela 2. Sistema de garantia social como função das profissões nos estudos funcionalistas

GARANTIAS INTELLECTUAIS	A especialização do trabalho torna conveniente delegar sua execução a um grupo de pessoas profundamente treinadas.
GARANTIAS MORAIS	Os profissionais têm vocação para o serviço e sua fraternidade comunitária garante que a competição não ofusque sua função social.



GARANTIAS ESTRUTURAIAS	As associações asseguram a autonomia da profissão como comunidade e a sobrevivência da solidariedade funcional.
---------------------------	---

O conhecimento é, portanto, uma base para a existência das profissões, a solução para uma necessidade social que deve cumprir-se e que, generosamente, um setor de indivíduos decide satisfazer, sacrificando-se durante longos períodos de treinamento e uma vida profissional dedicada ao demais. Essas características comuns às profissões colaboram na configuração de uma identidade que configura os membros da comunidade profissional como um grupo um tanto homogêneo e diferente de outros setores sociais, permitindo um sentimento coletivo entre os próprios profissionais. Essa é outra faceta importante das profissões: elas se distinguem por um sentimento fraterno, uma solidariedade orgânica que neutraliza a competição conforme necessário e fornece uma identidade comum baseada no conhecimento que compartilham e em sua consciência ética de serviço. Ao contrário de outros grupos sociais, esse tipo de comunidade não abriga, aos olhos funcionalistas, relações hierárquicas, mas colegiadas (FREIDSON; RHEA, 1963): é uma comunidade de iguais.

Devido ao grau de especialização do conhecimento gerenciado pela comunidade, ninguém que não pertence a ela pode decidir sobre a bondade ou maldade das ações de seus membros, de modo que o trabalho dos profissionais esteja sujeito apenas ao julgamento de especialistas de seus pares, que são quem pode saber o que é correto ou incorreto, adequado ou inadequado.

Esse afastamento das regras gerais que regem a troca de serviços implica a distinção da comunidade profissional, sua autonomia, que é, no final, a melhor maneira de servir a sociedade. A autorregulação que fornece essa independência notável em relação às pressões ou influências que sujeitam a sociedade como um todo é uma condição *sine qua non*, uma vez que o cumprimento de sua função social só pode ser garantido se o grupo permanecer neutro diante das forças com seus próprios interesses. A profissão se deve unicamente aos interesses do cliente e, portanto, esses profissionais devem ser protegidos das regras do mercado ou de uma lealdade devida ao governo, separando-os de ambos.

Para que tudo isso seja mantido na sociedade, estão sendo criadas estruturas próprias: centros de formação, associações, meios de difusão próprios etc. que



agrupam todos os profissionais e que recebem poderes de representação do grupo na sociedade e da sociedade no grupo. Por meio deles, a profissão pode marcar quais devem ser as vias de acesso à prática (assim como os critérios de afiliação), determinar as habilidades necessárias na formação, supervisionar a prática profissional, estabelecer os critérios de qualidade e práticas éticas e estabelecer todas as perguntas relacionadas à sua atividade. Com isso, em princípio, são obtidos benefícios para ambas as partes: o consumidor se beneficia de uma entidade que cuida de seus interesses, enquanto o profissional vê sua integridade protegida em relação ao mercado e ao Estado.

É precisamente esse componente institucional das profissões que concentra toda a atenção dos estruturalistas. Millerson (1964), Wilensky (1964) ou Caplow (1954) entendem as profissões como instituições e explicam sua emergência como uma sucessão de formas organizacionais que levam a sua consolidação de maneira ordenada. Com isso, o conteúdo do trabalho e a função da estrutura são abandonados, e essa permanece sozinha como uma forma de controle do trabalho. Nessa perspectiva, também são estudados os obstáculos que surgem na evolução das profissões e que impedem a autonomia do grupo, a conquista de seus ideais de serviço social e a exclusividade de seu domínio. Burocracia, divisão do trabalho, sujeição à empresa ou a outros grupos sociais, bem como uma base científica reduzida, um vocabulário técnico vulgarizado ou uma base de conhecimento muito tácita ou explícita seriam as principais causas que impediriam a evolução *natural* das atividades e, mais especificamente, de suas estruturas, em direção à profissionalização. Tais elementos estariam precisamente ausentes nas profissões que compõem o *modelo de profissionalismo*, a medida de profissionalidade de todas as ocupações.

2. A visão dinâmica da sociedade: projetos de profissionalização

Nas correntes que concebem a sociedade a partir de uma perspectiva dinâmica, a ênfase passa do *feito*, ou seja, do modelo de profissionalismo baseado em certas profissões, para o *criado*, que seriam as ações de indivíduos com interesses diferentes coordenados em um *projeto de profissionalização* pelo qual



iniciam um processo com um objetivo em mente: conquistar poder na sociedade. Estes estudos, cujas influências incluem as teorias de Marx e Weber sobre classe social e burocracia, preocupam-se com as ações dos agentes e buscam saber o que os trabalhadores fazem. Então Hughes (1963), Freidson (1970) ou Johnson (1972) separam-se das posições idealizadoras dos funcionalistas e da frieza institucional dos estruturalistas e concentram sua atenção nos indivíduos, em seus propósitos, em seu trabalho e, acima de tudo, em seu poder.

Nessa perspectiva, as profissões configuram-se pelo desejo de dominar e afirmar sua autoridade no resto da sociedade por meio de um campo de conhecimento. Essa visão estratégica atinge seu clímax em projetos de mobilidade social (LARSON, 1977) ou de profissionalização, pelos quais os grupos fazem o possível para prosperar na sociedade e para estabelecer um controle o mais amplo possível sobre seu trabalho e monopolizar um setor de serviços. Com isso, tentam atrair benefícios sociais e, assim, a profissão é vista, praticamente, como uma forma organizada de extorsão social.

Na tentativa de alcançar esse controle, é essencial que os profissionais se organizem para dominar a oferta no mercado, identifiquem e agrupem os competentes e excluam os intrusos, bem como exerçam pressão sobre os grupos de poder que lhes permitam uma ascensão social coletiva. Abel (1989, p. 18-19) identifica uma série de padrões comuns em programas de ação que visam institucionalizar o conhecimento por meio da certificação de competências; controlar o acesso ao grupo impondo vários critérios que garantam a manutenção dos valores da comunidade; e obter exclusividade no setor ocupacional, com medidas que assegurem que os credenciados e somente eles possam se encarregar do trabalho relacionado ao setor.

Nesse caminho, aparecem estruturas cuja natureza e progressão sempre dependerão do contexto em que a atividade laboral está inscrita (LARSON, 1977). O centro nervoso da profissão é, portanto, sua ambição social, a luta pelo poder e o monopólio de um serviço. Sob esse ponto de vista crítico e monolítico, as consequências desses projetos profissionais não são a melhoria do serviço derivado da autonomia de quem o oferece, como defendiam os funcionalistas, mas a melhoria do status dos próprios profissionais, que se destacam como elite. Nesse processo de



ascensão social, o grupo tenta se diferenciar dos outros como um todo e obter recursos que, dessa forma, estarão fora do alcance do resto da sociedade.

Os mecanismos identificados por estas tendências de estudo decorrem da autoconsciência do grupo e da identificação de seus membros, alcançadas por fatores como certificação (obtenção de conhecimento institucionalizado, ou seja, títulos acadêmicos reconhecidos pelo coletivo). Uma vez formado o grupo, os profissionais tentam impor um *fechamento social* para proteger seus privilégios socioeconômicos dos forasteiros (WEBER, 1978, p. 342). Parkin (1971) vê neste fechamento social dois processos diferentes chamados simultaneamente: *exclusão*, em que outros grupos ou indivíduos são deixados de fora de seus benefícios e manobras, e outro *usurpação*, em que a profissão remove certos recursos do mercado para mantê-los exclusivos.

Quanto ao conhecimento que apóia a distinção do grupo, este é visto como a base do monopólio, o que possibilita fechar o setor a outros grupos. Por outro lado, esse conhecimento não é mais visto como uma função social natural e há uma tendência a se observar como os profissionais constroem essa necessidade na sociedade e como esta acede a suas reivindicações e considera *profissionais* somente aqueles que a satisfazem. Portanto, o sucesso de uma profissão em seu projeto não se deve ao fato de as soluções que ela apresenta para alguns problemas sejam o caminho mais *natural* ou mais científico para curar, defender ou construir, mas sim a serem aquelas mais aceitas na sociedade. Está *legitimação* da solução oferecida se converte em outros estudos em destaque. Nessa perspectiva, as profissões se tornam assim quando alcançam *autoridade cultural* e protegem seu espaço de ação para que seu conhecimento especializado consiga atrair valores socialmente respeitados (BLEDSTEIN, 1976; HASKELL, 1984). Com isso, alcançam poder, que algumas vezes é entendido como influência política e cultural (FREIDSON, 1970), outras como elo com elites econômicas e políticas (JOHNSON, 1972) e outras como posição em relação ao mercado e às classes sociais (LARSON, 1977).

Se a solução que as profissões oferecem para um trabalho específico, que se tornou conhecido em sociedade, não é a mais aceita; ou, se perdeu sua legitimidade aos olhos do público, pode haver uma *desprofissionalização*, entendida como a perda de controle sobre o trabalho, assim como a falta de confiança do público em sua ética



de serviço ou em sua autonomia e autoridade em relação ao cliente (HAUGH, 1975, 1988). Nesse mesmo senso dinâmico de perda de posição social, pode haver uma *proletarização* (Larson, 1980; Oppenheimer, 1973). Como um contraponto a esses postulados, surgem vozes que diversificam a caracterização das profissões a fim de relativizar o declínio das comunidades profissionais e acomodar um número maior de grupos de trabalho. Assim, falamos de profissões científicas, normativas e sincréticas, liberais, burocráticas e democráticas ou mesmo organizacionais, bem como de subprofissões e paraprofissões.

3. A visão sistêmica das profissões: triunfo e fracasso nas lutas jurídicas

Uma terceira maneira de entender o funcionamento e a natureza das profissões seria a visão sistêmica. As contribuições que incluo nesta seção são geralmente registradas em correntes já explicadas. Contudo, vale a pena ressaltar alguns dos aspectos que nos ajudarão a formar, juntamente com outros estudos, uma ampla perspectiva que possa nos oferecer vantagens interessantes aos Estudos da Tradução e da Interpretação como profissões. Para isso, traçarei um breve panorama com base em diversos aportes que sinalizam, com especial ênfase, os aspectos que nos permitem entender a sociedade como um sistema e, dentro dela, o desempenho e o status de grupos profissionais.

Enquanto Abbot (1988) seria o primeiro a estudar explicitamente o *sistema* das profissões, sua oposição declarada a outros autores (entre os quais podemos citar Larson) que supostamente ignoram a natureza sistemática desses grupos, bem como a alegada repartição de seus estudos em relação às visões anteriores, parece um tanto forçada. Sem desmerecer suas virtudes, os elementos do sistema já haviam sido tratados em outros trabalhos que deixaram clara a importância dos relacionamentos.

A conexão entre as diferentes forças sociais dentro do todo é uma ideia que remete às teorias de Durkheim, as quais se referem explicitamente aos confrontos entre grupos quando procuram explicar as origens da identidade compartilhada dos profissionais (1938/1977, p. 81). Larson, a partir de postulados interacionistas, alavanca a abordagem sistêmica como epígona de estudos de projetos profissionais,



enfatizando a importância de contextualizar a evolução e a caracterização das profissões com o desenvolvimento de outros fatores sociais relacionados. Isso permitiria, por exemplo, tratar a força do Estado como um fator muito mais decisivo nas culturas continentais do que nos estudos realizados a partir de perspectivas angloamericanas. Os parâmetros propostos por Lane, Potton e Littek (2000) seriam, por exemplo, o mercado e os clientes, o Estado, as associações e a evolução tecnológica.

Os estudos sistêmicos compreendem as profissões como grupos de elementos com semelhanças suficientes entre si e diferenças com outros grupos para serem considerados um conjunto. Por outro lado, essas semelhanças não impedem que seus componentes sejam tratados individualmente, e posições relativas aos agentes dentro do grupo são estabelecidas. É assim que os conflitos intragrupo podem ser entendidos e as diferentes *carreiras profissionais* que vivem no mesmo grupo profissional podem ser estudadas. Se alguns membros da profissão se dedicam às tarefas de gerenciamento e abandonam a aplicação direta, a execução técnica de seu campo de conhecimento, esse fato pode ser interpretado como um sinal de desprofissionalização ou como uma especialização interna.

Assim, a diferenciação de perfis dentro do grupo é o que permite, afinal, sua subsistência, evitando a submissão a gestores fora da comunidade profissional (ABBOT, 1991; FREIDSON, 1983, 1986). Por outro lado, a dedicação de alguns membros do grupo à denominada *elite do conhecimento* permite desenvolver o sistema conceitual que sustenta o grupo e, com ele, definir o conhecimento abstrato que permite enfrentar os outros em regime competitivo na oferta de serviços.

Nesta competição, o objetivo dos grupos profissionais é estabelecer uma *jurisdição* própria, ou seja, o controle legítimo sobre uma parcela na qual se pode realizar as atividades confortavelmente. A profissão busca exclusividade para a prática e para a inovação em um determinado campo, isto é, para a geração e a aplicação de conhecimentos que possam fornecer soluções para certos problemas da sociedade (desacreditando outras soluções paralelas).

Nesse sentido, a contribuição do Abbot é muito esclarecedora (1988), a qual apresenta a configuração e a evolução (tanto triunfo quanto declínio) de qualquer profissão com base nos relacionamentos estabelecidos com as tarefas que realiza



para oferecer um determinado serviço à sociedade. Abbot argumenta que essas tarefas podem ser realizadas de maneira diferente por perfis diferentes e que a profissão deve monopolizá-las para estabelecer sua jurisdição. Assim, cada profissão assume as tarefas porque nenhum grupo as tomava para si (eram *vagas*) ou porque eram deslocavam a outros grupos. Com isso, o que este autor propõe é que as profissões redefiniriam a divisão social do trabalho por meio de uma *concorrência* com base em conhecimentos teóricos e técnicos, à qual poderíamos acrescentar a ideia de *legitimação*.

O triunfo para dominar o gerenciamento dessas tarefas seria neste sistema não um estado final, mas um dos muitos estados em que sua posição relativa o coloca no passado, no presente ou no futuro. Manter jurisdição sobre outros grupos com aspirações pelas mesmas tarefas seria uma luta constante, com mais ou menos vantagens, em um mercado social.

A profissão seria estudada em termos de triunfo, sobrevivência ou fracasso em um relacionamento competitivo com outros grupos (apesar de não estudar a Sociologia das Profissões não podemos deixar de citar aqui o teórico da cultura Even-Zohar [2000]). Essa ideia de competição é extremamente interessante para situar e explicar conflitos interprofissionais, bem como mudanças que podem ocorrer no panorama social em relação ao sistema de profissões. A competição seria colocar em prática a energia dos diferentes grupos, que investem seus diferentes tipos de capital com a esperança de obter renda e alcançar sua própria jurisdição, que pode situar-se confortavelmente no conjunto do sistema.

Aqui, novamente, a organização interna que supõe a coordenação das diferentes carreiras profissionais é essencial (FREIDSON, 1986, p. 92). Um grupo sem conhecimento abstrato, suficientemente tácito e suficientemente explícito, não pode manter os valores da racionalidade e da cientificidade que permitem à sociedade legitimar sua solução, especialmente se outros grupos avançarem e disseminarem sua interpretação do problema no mesmo sentido, embora por caminhos diferentes. Por outro lado, um grupo sem uma elite administrativa estaria sujeito à organização e à administração de outros grupos, perdendo, assim, sua autonomia e, portanto, sua jurisdição. Finalmente, um grupo sem *profissionais*



razoáveis (profissionais rasos) que apliquem o conhecimento e prestem o serviço ao resto da sociedade não tem razão de existir.

Essa cooperação também pode ser vista em nível interprofissional. Isso explicaria, a partir dessa perspectiva, a existência de quase profissões, também conhecidas como profissões subordinadas. Como vimos em outras abordagens, as semiprofissões, quaseprofissões, profissões periféricas, limitadas, marginais ou incompletas (nomes que podemos encontrar alternativamente na bibliografia) podem ser consideradas como aquelas que não respondem ao modelo ideal. A área controversa da Sociologia das Profissões promoveu um rico debate em torno dessas situações controversas. Em resumo, podemos apontar que uma semiprofissão mostra a ausência de um corpo específico de conhecimento, bem como a inexistência de um mercado de trabalho inviolável.

Na abordagem sistêmica, essas características seriam reinterpretadas como um estado que indica o fracasso de uma profissão em lutas jurisdicionais contra outro grupo, o qual pode ou não ser definitivo e levar o grupo à extinção ou que pode ser corrigido no decorrer de conflitos sistêmicos e seguir em outra direção. A relação competitiva entre, por exemplo, enfermeiros e médicos poderia ser entendida a partir dessa estrutura como uma colaboração na tarefa de curar que deixaria nas mãos dos médicos as tarefas vinculadas a um corpo organizado de conhecimento abstrato, enquanto os enfermeiros executariam tarefas que lhes exigem conhecimento de outra natureza.

Perguntas de pesquisa

Estudar Tradução e Interpretação de uma perspectiva sistêmica não é algo novo e, felizmente, temos, entre outros, os trabalhos da Escola da Manipulação, bem como uma onda crescente de estudiosos que aplicam a percepção e amplitude dos estudos de Pierre Bourdieu (INGHILLERI, 2003; SIMEONI, 1998). No entanto, a visão profissional ainda é área que apresenta carência bibliográfica, como apontam alguns autores (MAYORAL ASENSIO, 2001) e a síntese dessas visões nos oferece uma estrutura poderosa para trabalhar. Nesta seção, apontarei as questões tratadas na Sociologia das Profissões que podem nos ser muito úteis nos Estudos da Tradução e Interpretação como atividades (semi) profissionais.



Em primeiro lugar, o estudo dos conflitos interprofissionais pode nos fazer ver como cada profissão redefine os problemas de acordo com seus próprios termos, conceitos e métodos cada vez que ocupa um cargo *vago*. De fato, o triunfo sobre outro grupo depende, em grande parte, da comunidade ser capaz de interpretar e mostrar, de uma maneira nova e com suas próprias categorias, o que sua antecessora, a profissão deslocada, observou com seus próprios parâmetros. O sucesso e a legitimação dependerão, então, de que as tarefas adquiram mais significado para a sociedade como parte de nossa jurisdição, tratadas com seu próprio conhecimento teórico e técnico. As tarefas passam pelo controle de diferentes perfis, não por sua natureza, mas pela legitimação da maneira pela qual um determinado grupo as realiza.

Isso nos leva à importância da base cognitiva da prática profissional (FREIDSON, 1986), que no final constitui a justificativa para conflitos interprofissionais. As profissões fornecem um serviço de base intelectual que pode ser articulado em torno dessas três fases: diagnóstico, inferência e tratamento. Se a profissão oferece um tratamento único para todos os problemas, o profissional fica sem discricão e não precisa analisar suas condições ou adaptar soluções ao caso específico. Embora seja desejável padronizar as práticas profissionais com base em uma interpretação comum dos problemas a que eles servem, a mecanização do trabalho suprime a intelectualidade e, portanto, a base para a legitimação de seus serviços (HASKELL, 1984).

Juntamente com a base cognitiva, a linguagem profissional não é menos importante e deve combinar esoterismo e familiaridade para que possa reconhecer-se e, por sua vez, diferenciar-se de outros grupos profissionais e de suas maneiras de interpretar problemas. A linguagem contribui para a coerência lógica, a racionalidade e o rigor científico que devem ser combinados com clareza e eficácia práticas (FREIDSON, 1986).

Essa base cognitiva encontra um claro paralelo na estrutura do campo profissional e na especialização dos agentes que nele vivem. Assim, os fundamentos intelectuais da profissão devem ser atualizados e adaptados às mudanças no sistema, e para isso são necessários centros de pesquisa e pesquisadores. Essas inovações são transmitidas a futuros profissionais em centros de formação, que



iniciam a socialização profissional dos estudantes. E, é claro, eles devem ser transmitidos aos profissionais em exercício, para que, por meio de associações profissionais e membros da comunidade especializados em tarefas administrativas, possam se defender de ataques de outras ocupações.

Esses ataques são uma fonte externa de mudança sistêmica, mas também existem mudanças internas emanadas por outras forças. Novas tecnologias, mudanças políticas e organizacionais, aliadas ao desenvolvimento de novos conhecimentos ou à profissionalização do grupo, influenciam decisivamente a ordem jurisdicional. Em resumo, esses movimentos deslocam as jurisdições e, a partir deles surgem novas possibilidades para o coletivo ao mesmo tempo em outras os arrebatam. O importante para a sobrevivência do grupo é que a comunidade profissional possa adaptar suas soluções a esses movimentos sísmicos e sobreviver em outras posições, talvez esperando o próximo movimento. O caso das doenças da mente seria um exemplo nesse sentido, uma vez que, se originalmente seu tratamento estava dentro da jurisprudência da Medicina, com o surgimento da Neurologia, os próprios médicos cederam a autoridade legitimada sobre esse tipo de doenças aos novos profissionais e, a partir da criação de instituições para terapias mentais, estas foram finalmente atribuídas a psicólogos, uma profissão que emergiu dentro desses centros (ABBOT, 1988).

Outra questão levantada pelos estudos das profissões são as forças desiguais exercidas pelo mercado e pelo Estado sobre os agentes e a comunidade. No caso ideal das profissões liberais, essas forças são neutralizadas pelo exercício da autonomia e da autorregulação. No entanto, no atual sistema profissional, as profissões são apenas parcialmente liberais: um grande número de médicos e advogados, por exemplo, trabalha para o Estado e o mercado exerce uma força crescente principalmente sobre os advogados. Além disso, outras profissões se constituem somente com a confiança dos consumidores e deslocam um número ainda pequeno de pacientes para soluções diferentes daquelas subjacentes à jurisdição médica, com é o caso da Homeopatia, entre outras (PARDELL ALENTA, 2003).

As profissões estão ficando mais *mercantilizadas*? O Estado pode continuar proporcionando a proteção de uma regulamentação favorável? Estamos



caminhando para uma desregulamentação da sociedade nesse aspecto, a qual contradiz a tendência majoritária da Lei (TEUBNER, 1987)? Nesse sentido, podemos trazer à baila a noção de *translation turn* (virada tradutória) e, dessa forma, a Tradução teria muito a dizer para a Sociologia das Profissões, pois sua completa submissão às regras do mercado não impediu sua sobrevivência, apesar de as condições não serem efetivamente as melhores para os profissionais.

A organização profissional também é uma questão de suma importância para a Sociologia das Profissões, que, no caso de tradutores e intérpretes do nosso contexto cultural, pode ser muito relevante no estabelecimento da coesão da comunidade e da fraternidade. A porcentagem de tradutores e intérpretes associados é realmente baixa e as tarefas de representação profissional são deixadas nas mãos de poucos. No entanto, não se trata, como ocorre em outros setores, da interferência de conflitos intraprofissionais, mas sim de uma socialização deficiente dos profissionais e de uma identidade comum mal definida (para o caso da Tradução Juramentada, remetemo-nos a Monzó Nebot [2002]; para a influência que as novas tecnologias podem ter neste sentido, sugerimos Wakabayashi [2002]). No entanto, a colaboração entre o que Freidson chama de *profissionais razoáveis* e o que designa *elite do conhecimento* (*elite de conocimiento*) pode oferecer outro tipo de resposta para conflitos intraprofissionais (MONZÓ NEBOT, 2005).

Nesse sentido, a instabilidade da jurisdição pode ter muito a ver com a formação de uma identidade comum. Também nesse sentido, o caso da Tradução pode ser de grande interesse para a Sociologia das Profissões, uma vez que a flexibilidade do trabalho de tradutores e intérpretes e suas posições no sistema social demonstram uma constante adaptação e resistência ao desaparecimento - por aqueles que realizam a atividade - e à consolidação - em parte devido aos triunfos jurisdicionais de outros setores.

Sem dúvida, responder a todas essas perguntas requer uma etnografia do trabalho profissional que nos forneça dados e novas interpretações da natureza das lutas jurisdicionais nas quais os tradutores e intérpretes estão imersos. O que são, o que fazem e o que sabem é algo que só podemos entender de uma perspectiva sistêmica, que nos oferece uma nova visão das forças externas e internas que atuam na profissão, dos conflitos intra e interprofissionais, das mudanças organizacionais,



da influência do mercado e do Estado na atividade, na identidade do grupo, na adequação do tipo de conhecimento que sustenta a atividade em nosso contexto, da idoneidade da linguagem profissional, da capacidade de inovação da elite do conhecimento, da capacidade representativa da elite administrativa, da vinculação dos valores sociais ao trabalho de tradutores e intérpretes, e também de como a sociedade estrutura o conhecimento especializado que permite a comunicação mediada.

Conclusões: um trabalho pendente

A Sociologia das Profissões nos oferece a possibilidade de analisar a atividade de tradutores e intérpretes de uma perspectiva externa, em seus relacionamentos e posições relativas no conjunto da sociedade. No entanto, as questões que se referem à natureza do trabalho, das tarefas que sustentam a jurisdição, permitem-nos indagar de uma nova maneira em um sentido interno. Qual é a nossa solução para os problemas de comunicação da sociedade? Qual é o valor agregado que oferecemos no mercado? Quais são as fontes de legitimação?

A visão sistêmica nos oferece a possibilidade de relativizar as falhas jurisdicionais que a profissão sofreu, e os estudos que colocamos nesta seção nos fazem elaborar perguntas que são altamente relevantes na análise da Tradução e Interpretação como *profissão*. O profissionalismo, de certa forma, perde sua posição central como *traço* definidor desses campos com direito legítimo de reivindicar privilégios sociais. No entanto, existem certas *ocupações* que estão em uma posição de força diante da sociedade. A jurisdição dos médicos, por exemplo, continua rígida e a sociedade continua a escolher de forma claramente majoritária suas soluções mediante enfermidades, dificilmente considerando outras alternativas e questionando sua validade.

A abordagem do grupo GITRAD, nesse sentido, é analisar os fatores que foram (e ainda são) entendidos em alguns estudos como *traços* profissionalizantes e fontes de energia sistêmica que permitem triunfos em conflitos interprofissionais e mudanças no sistema social, do qual as profissões fazem parte.



Assim, o profissionalismo é o triunfo em si, para o qual o investimento dos agentes não busca apenas capital econômico. A diversificação dos objetivos mostra uma especulação mais ampla, em que o capital social é um objetivo primário que garantirá subsequentemente a manutenção da renda das diferentes formas de capital, mesmo diante das mudanças do mercado.

As profissões puramente mercantis, que se deixam levar pelos altos e baixos da oferta e da demanda e não apostam decisivamente nas redes de obrigações sociais, apresentam um rápido enfraquecimento diante das condições mutáveis. No entanto, o declínio de outros setores considerados profissões classicamente é gradual e permite à comunidade adotar medidas de ajuste, que podem incluir a invasão de outras tarefas e, portanto, de outras jurisdições.

Em suma, em uma cena de Tradução na qual os quadros teóricos de outras disciplinas são constantemente devorados, produzindo um certo caos epistemológico, não estaremos contribuindo para esse distúrbio escolhendo uma nova tendência da Sociologia?

Essa disciplina ainda não está consolidada, não podendo trazer fatores claramente discutíveis. De fato, não há consenso sequer para caracterizá-la enquanto uma disciplina humana ou social (DÍAZ FOUCES, 2001). Dessa forma, é nosso dever investigar para produzir o paradigma que possa nos oferecer os melhores resultados na compreensão da atividade e, com ele, a promoção da jurisdição de tradutores e intérpretes.

Nascer, crescer e se desenvolver é algo que todas as disciplinas, todas as profissões fizeram. Participamos das lutas jurisdicionais de nosso tempo e não podemos deixar de estar cientes de nossa posição e agir em conformidade. Volumes como este demonstram o trabalho que está sendo feito, o trabalho que ainda precisa ser feito e o trabalho que se está disposto a realizar.

Convidar para enfrentar posições para que possamos escolher, para que possamos construir o conhecimento que legitima nossas aspirações no sistema é um caminho que promete resultados. Visto dessa maneira, não somos nada mais que uma arma a serviço da (futura) profissão. E podemos, ao mesmo tempo em que consolidamos a disciplina, consolidar a profissão de tradutores e intérpretes.



REFERÊNCIAS

- ABBOT, A. *The System of Professions: An Essay on the Division of Expert Labor*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- ABBOT, A. The future of professions: occupation and expertise in the age of organization. *Research in the Sociology of Organizations*, nº. 8, pp. 17-42, 1991.
- ABEL, R. L. *American Lawyers*. Nueva York: Oxford University Press, 1989.
- BLEDSTEIN, B. J. *The Culture of Professionalism*. Nueva York: Norton, 1976.
- CAPLOW, T. *The sociology of work*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1954.
- CARR-SAUNDERS, A. M.; WILSON, P. A. 1933. *The Professions*. Oxford: Oxford University Press, 1933.
- DÍAZ FOUQUES, O. Sociologia de la traducció. *Quaderns. Revista de traducció*, nº. 6, pp. 79-105, 2001.
- DURKHEIM, É. *Professional Ethics and Civic Morals* [traducción de C. BROOKFIELD]. Londres: Routledge, 1937/1992.
- DURKHEIM, É. *The Evolution of Educational Thought: Lectures on the Formation and Development of Secondary Education in France*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1938/1977.
- EVEN-ZOHAR, I. The Making of Repertoire, Survival and Success under Heterogeneity. In: ZURSTIEGE, G. (Ed.) *Festschrift für die Wirklichkeit*. Darmstadt: Westdeutscher Verlag, vol. 9, pp. 41-51, 2000.
- FERNÁNDEZ ENGUITA, M. A la busca de un modelo profesional para la docencia: ¿liberal, burocrático o democrático? *Revista Iberoamericana de Educación*, nº. 25 (Monográfico dedicado a la profesión docente), pp. 1-16, 2001.
- FREIDSON, E. *Medical Dominance*, Chicago: Aldine-Atherton, 1970.
- FREIDSON, E. The Reorganization of the Professions by Regulation. *Law and Human Behaviour*, nº. 7 (2-3), pp. 279-290, 1983.
- FREIDSON, E. *Professional Powers. A Study of the Institutionalization of Formal Knowledge*. Chicago, Londres: University of Chicago Press, 1986.
- FREIDSON, E.; RHEA, B. Processes of control in a company of equals. *Social Problems*, nº. 11, pp. 119-131, 1963.



HASKELL, T.L. (Ed.) *The Authority of Experts: studies in history and theory*. Bloomington: Indiana University Press, 1984.

HAUGH, M.R. The Deprofessionalization of Everyone? *Sociological Focus*, nº. 3, pp. 197-213, 1975.

HAUGH, M.R.A Re-examination of the Hypothesis of Physician Deprofessionalization. *Milbank Quarterly*, nº. 66 (2), pp. 48-56, 1988.

HICKSON, D. J.; THOMAS, M.W. Professionalization in Britain: A preliminary measure. *Sociology*, nº. 3, pp. 37-53, 1969.

HUGUES, E.C. Professions. *Daedalus*, nº. 92, pp. 655-668, 1963.

INGHILLERI, M. Habitus, Field and Discourse: Interpreting as a socially situated activity. *Target: International Journal on Translation Studies*, nº. 15 (2), pp. 243-268, 2003.

JOHNSON, T. J. *Professions and Power*, Londres: MacMillan, 1972.

LANE, C.; POTTON, M.; LITTEK, W. *The professions between state and market: a cross-national study of convergence and divergence*. University of Cambridge, Centre for Business Research, Cambridge, 2000.

LARSON, M. S. *The Rise of Professionalism: A Sociological Analysis*. Berkeley, Londres: University of California Press, 1977.

LARSON, M. S. Proletarianization and educated labour. *Theory and Society*, nº. 9, pp. 131-175, 1980.

MARSHALL, T. H. The Recent History of Professionalism in Relation to Social Structure and Social Policy. *Class, Citizenship, and Social Development*. Garden City: Anchor, pp. 158-179, 1939/1965.

MAYORAL ASENSIO, R. *Aspectos epistemológicos de la traducción*, Castelló de la Plana: Universitat Jaume I, 2001.

MILLERSON, G. *The Qualifying Associations: A Study in Professionalisation*. Londres: Routledge, 1964.

MONZÓ NEBOT, E. *La professió del traductor jurídic i jurat. Descripció sociològica de la professió i anàlisi discursiva del transgènere* [tesis doctoral]. 2002. Departament de Traducció i Comunicació, Universitat Jaume I.

MONZÓ NEBOT, E. Investigar con los profesionales: colaboraciones de investigación-acción. In: MONZÓ NEBOT, E.; BORJA ALBI, A. (Eds.), *La traducción y la interpretación en las relaciones jurídicas internacionales*. Castelló de la Plana: Universitat Jaume I, pp. 153-169, 2005.



MURPHY, R. *Social Closure: The Theory of Monopolization and Exclusion*. Oxford, Nueva York: Clarendon Press, Oxford University Press, 1988.

OPPENHEIMER, M. The proletarianization of the professional. In: HALMOS, P. (Ed.) *Professionalization and Social Change* [monográfico de *Sociological Review*, núm. 20]. Keele: University of Keele, pp. 213-217, 1973.

PARDELL ALENTA, H. ¿Tiene sentido hablar de profesionalismo, hoy? *Educación Médica*, nº. 6 (2), pp. 7-24, 2003.

PARKIN, F. *Class Inequality and Political Order*. Londres: Macgibbon and Kee, 1971.
PARSONS, T. The Professions and Social Structure. *Essays in Sociological Theory*. Nueva York: Free Press, pp. 34-49, 1939/1954.

PARSONS, T. Professions. In: SILLS, D. (Ed.) *International Encyclopedia of the Social Sciences*. Nueva York: Macmillan, The Free Press, vol. XII, pp. 536-547, 1968.

PERKIN, H. J. *The Rise of Professional Society: England since 1880*. Londres, Nueva York: Routledge. 1989.

SIMEONI, D. The Pivotal Status of the Translator's Habitus. *Target*, nº. 10 (1), pp. 1-39, 1998.

TEUBNER, G. Juridification: Concepts, aspects, limits, solutions. In: TEUBNER, G., (Ed.) *Juridification of Social Spheres: A Comparative Analysis in the Areas of Labor, Corporate Antitrust and Social Welfare Law*. Berlín: De Gruyter, pp. 6-13, 1987.

WAKABAYASHI, J. 2002. «Induction into the translation profession through internet mailing lists for translators». En HUNG, E. (Ed.) *Teaching Translation and Interpreting 4: Building Bridges*. Amsterdam, Filadelfia: John Benjamins, vol. 42, pp. 47-58.

WEBER, M. *Economy and Society*. Londres: University of California Press, 1978.

WILENSKY, H. L. The professionalization of everyone? *The American Journal of Sociology*, nº. 70, pp. 137-158, 1964.

Biografia da tradutora

Talita Serpa é Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de São José do Rio Preto. Possui os títulos de Mestrado (2012) e Doutorado (2017), outorgados pela mesma Instituição. Realizou estágio de doutoramento na The University of Manchester e trabalha com os seguintes temas: Tradução, Estudos da Tradução Baseados em Corpus, Pedagogia da Tradução, Tradução Pedagógica e Linguística de Corpus.